

Variação linguística
no espaço, no tempo e na sociedade

Actas do encontro regional da Associação Portuguesa de Linguística
Miranda do Douro
Setembro de 1993

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA no espaço, no tempo e na sociedade
© Associação Portuguesa de Linguística / Edições Colibri, Setembro de 1994
Composto pela Associação Portuguesa de Linguística
Reproduzido e encadernado por Colibri – Artes Gráficas
Depósito legal - 80 044/94
ISBN 972 - 8047 - 73 - 8

Associação Portuguesa de Linguística / Edições Colibri
1994

O desaparecimento do mirandês na cidade de Miranda do Douro: uma leitura dos Estudos de filologia mirandesa de José Leite de Vasconcelos

Cristina Martins

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Pretende a presente comunicação proporcionar uma releitura, informada pelos contributos teóricos desenvolvidos no âmbito da sociolinguística sobre o funcionamento sincrónico de comunidades bi- e plurilingues, dos dados fornecidos por José Leite de Vasconcelos no volume I dos seus *Estudos de filologia mirandesa*¹ sobre a problemática do desaparecimento do mirandês na cidade de Miranda do Douro. Sendo o fenómeno de substituição linguística, i.e., o progressivo domínio de um idioma inicialmente forasteiro numa dada comunidade sobre o que nela era autóctone, um dos desfechos possíveis para as situações de bilinguismo social², pareceu-nos interessante procurar determinar quais os mecanismos que, neste caso específico, terão sido accionados para que um tal processo se tivesse desenrolado.

Antes, porém, de abordarmos o mecanismo de substituição linguística propriamente dito, é importante referirmos que Leite de Vasconcelos faz preceder a sua análise do desaparecimento do idioma autóctone na cidade por um conjunto de argumentos que visam demonstrar que este, efectivamente, lá se falou. Sem pretendermos aprofundar esta questão, julgamos útil, no entanto, apresentar sucintamente as provas e circunstâncias evocadas pelo autor:

1. Miranda do Douro é "a capital do território onde o mirandês tem o seu domínio", sendo, por isso, "muito natural supor que também outrora se falou na própria cidade"³. Esta circunstância adquire um relevo maior se atendermos às características marcadamente rurais deste centro urbano, mesmo num período subsequente ao século XVI, época do apogeu da cidade.

1 JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Estudos de filologia mirandesa*, vol. I. Lisboa (Imprensa Nacional), 1900.

2 Outros desfechos poderão ser a *manutenção linguística*, i.e., o regresso a uma situação de monolinguismo em que o idioma sobrevivente na comunidade é aquele que nela já era autóctone, a *pidginização* ou a *crioulização*. Vd. FRANÇOIS CHOSJEAN, *Life with two Languages. An Introduction to Bilingualism*. Cambridge (Harvard University Press), 1982, p. 36-41.

3 JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *ob. cit.*, p. 105.

Deste modo, Miranda apresentava, já no século XVII e no dizer deste filólogo, um "aspecto tão rústico, no arranjo do seu interior, e no viver dos seus habitantes"⁴ que se confundia com as localidades da área rural envolvente. Desta realidade existem testemunhos históricos, evocados, de resto, por José Leite de Vasconcelos (vd. Jeronymo Cardoso, *Agriologia Lusitana*, tomo III, p. 144, Lisboa, 1666).

2. Um manuscrito encontrado pelo autor na Biblioteca Nacional de Lisboa com o seguinte título: *Itinerário da jornada que fez o Sr. Manoel Severim de Faria, chantre e conego da Sé de Évora, a Miranda, no anno de 1609*. Segundo a interpretação que José Leite de Vasconcelos faz deste documento, em que há referências explícitas ao modo de falar dos habitantes da cidade, é possível considerar que o mirandês ainda se falava em Miranda do Douro no início do século XVII⁵.

3. Os topónimos de feição leonesa referentes a localidades situadas nas imediações da cidade⁶.

Tendo estabelecido, deste modo, que o mirandês conheceu vitalidade em Miranda, pelo menos até ao início do século XVII, procede, de seguida, o autor à consideração dos motivos que terão contribuído para o seu declínio. Passando em revista os acontecimentos mais relevantes respeitantes à história da cidade, José Leite de Vasconcelos localiza o embrião deste processo no século XVI, época em que Miranda do Douro conhece um significativo incremento demográfico e económico que nela fomentará importantes transformações de carácter social.

A importância do crescimento conhecido nesta época histórica tanto mais se revelará se tivermos em conta que este núcleo populacional, muito afastado dos grandes centros de desenvolvimento do litoral e mal servido de infra-estruturas de comunicação, desde sempre se constituiu como um foco pouco atraente para a fixação de novos colonizadores. Se a marginalidade geográfica não bastasse, a ela se acrescentou a localização fronteiriça que fez de Miranda do Douro, especialmente neste período anterior ao século XVI, um alvo certo para sucessivas investidas militares castelhana-leonesas. Este conjunto de circunstâncias conduziu numerosos monarcas portugueses, cientes da indiscutível importância estratégica, política e militar de Miranda do Douro, a tomarem medidas com vista ao incremento demográfico desta povoação. Neste sentido, aqui foram estabelecendo, em épocas diferentes,

4 IDEM, *ibidem*, p. 108.

5 IDEM, *ibidem*, p. 109-120.

6 IDEM, *ibidem*, p. 120-126.

coutos de homiziados, concederam regalias e benefícios vários aos moradores e atribuíram à povoação, repetidamente, foral⁷.

Chegado o século XVI, Miranda do Douro entra num período de relativa prosperidade. As hostilidades vindas de Castela haviam cessado dada a paz estabelecida entre Portugal e o país vizinho, situação que proporcionou alguma estabilidade à região bem como o desenvolvimento da actividade comercial fronteiriça⁸. Em meados do século (precisamente em 1545) e a atestar a sua crescente importância, Miranda do Douro é não só elevada a cidade (por D. João III), como nela é criada nova diocese (pela Bula Papal *Pro excellenti apostolice*)⁹. Estes dois últimos acontecimentos viriam a marcar a textura social de Miranda do Douro de forma significativa: nela não só se assiste a um aumento populacional, como a própria estrutura da sociedade mirandesa se complexifica. José Leite de Vasconcelos evidencia, a propósito, que "de toda a parte chegaram empregados de diferentes categorias, para se juntarem aos que Miranda já possuía na qualidade de vila e de praça de armas; organizam-se estudos literários; criam-se instituições que dantes não existiam"¹⁰. Estes acontecimentos viriam a manifestar-se cruciais para a mudança do comportamento linguístico dos falantes da cidade pois, como conclui este autor, "os novos empregados que afluíram a Miranda eram pela maior parte, como se vê, pessoas de certa instrução, que não desciam a falar mirandês, e que pelo contrário o vinham directa ou indirectamente atacar"¹¹.

Mas, tentemos, então, reconstituir a situação linguística vivida em Miranda do Douro antes do advento destes acontecimentos tão marcantes do século XVI. Podemos postular, socorrendo-nos da descrição dos factos já relatados e das provas aduzidas por José Leite de Vasconcelos, que os falantes desta comunidade utilizariam de forma generalizada o idioma autóctone, aqui historicamente enraizado pela presença originária de colonos de origem leonesa¹², conhecendo, para além deste, a língua portuguesa, na medida em

7 Uma explanação pormenorizada dos factos históricos aqui genericamente aduzidos poderá encontrar-se, por exemplo, na série de *Cadernos históricos mirandeses* da autoria de Artur Carlos Alves (*Cadernos históricos mirandeses I. Relatórios de história*. 2ª edição revista e aumentada. Anadia (CISIAL), 1978; *Cadernos históricos mirandeses II. A Terra de Miranda (Tentame histórico)*. Lisboa (Imprensa Municipalista), 1973; *Cadernos históricos mirandeses III. A Terra de Miranda nas Inquirições de D. Afonso III (1258)*. Miranda do Douro, 1974).

8 Cf. PAULA BORDALO LEMA, *Reflexos espaciais dum modelo de descentramento: o exemplo de Trás-os-Montes e Alto Douro*. In: *Bíblios*, vol. LXI, 1985, p. 193.

9 Cf. MARIA JOSÉ MOURA SANTOS, *Os falares fronteiriços de Trás-os-Montes*. Separata da *Revista Portuguesa de Filologia*, vols. XI, XIII e XIV. Coimbra, 1967, p. 76.

10 JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *ob. cit.*, p. 130.

11 IDEM, *ibidem*, p. 131.

12 A colonização empreendida por diversos agentes leoneses na Terra de Miranda é um facto conhecido através das *Inquirições* de D. Afonso III. Na óptica de José Gonçalo Herculano de Carvalho, tal circunstância histórica afigura-se como a explicação mais plausível para o

que tal conhecimento seria requerido pela presença dos agentes militares e administrativos com que a então vila e praça de armas já contava. Assim, o mirandês seria a variedade linguística de uso comum, privilegiada na interação quotidiana e informal e o português, idioma socialmente melhor conceituado, ligado à administração política e militar, à Igreja e à escola, seria de uso recorrente nas situações institucionais caracterizadas pela formalidade. Dito isto, podemos concluir que Miranda do Douro terá conhecido, neste longo período anterior ao século XVI¹³, uma situação estabilizada de *diglossia* e de *bilinguismo* social.

Atendamos, pois, mais detalhadamente, a estes dois últimos conceitos, tão fulcrais se revelam para a compreensão de todo o processo de substituição linguística que ocorreu em Miranda do Douro. O conceito de *diglossia*, cunhado, como se sabe, por Charles A. Ferguson em 1959, tendo sofrido, desde essa altura, algumas reformulações¹⁴, diz respeito àquela situação em que

estabelecimento deste enclave linguístico leonês em território, desde muito cedo, politicamente português (vd., do autor, *Porque se fala dialecto leonês em Terra de Mirandá?* In: *Estudos linguísticos*, vol. 1, 2ª ed. Coimbra, Atlântida Editora, 1973, p. 70-92). A tese de Herculano de Carvalho surge em dissonância com aquela que, anteriormente, já tinha sido defendida por Ramón Menéndez Pidal na sua obra pioneira, *El dialecto leonés*. Oviedo (Instituto de Estudios Asturianos), 1962, p. 20. De acordo com o filólogo espanhol, a presença do leonês no Nordeste transmontano remonta a uma época muito anterior ao século da independência de Portugal e é explicada por afinidades bastante antigas entre este e os territórios leoneses vizinhos. Neste sentido argumenta que a região em causa terá integrado, ainda no período de domínio romano, não o convento jurídico de *Breara Augusta*, mas o de *Asturica Augusta*. Para além disso, o conteúdo da bula papal *Conquestus est* de 1103 permite concluir que, já na Alta Idade Média, concretamente entre os séculos VIII e XII, a Igreja de Bragança pertenceu à diocese de Astorga. Para uma visão mais exaustiva dos fundamentos documentais que presidem a uma e outra explicação, consultem-se as obras dos respectivos autores aqui referenciadas.

De acordo com os dados disponíveis, este período a que nos referimos terá como presumível início o reinado de D. Sancho I. Embora D. Afonso Henriques tenha chegado, em 1136, a conferir carta de foro a Miranda do Douro e a muralhá-la, perdeu-a posteriormente, entre outras possessões raianas, a favor do rei de Leão (cf., a propósito desta questão, MARIA JOSÉ MOURA SANTOS, *ob. cit.*, p. 92). A tardia incorporação política de Miranda do Douro em Portugal parece ser corroborada pelas informações fornecidas por Torquato de Sousa Soares segundo as quais a Terra de Miranda nem sequer terá integrado o território primitivamente abrangido pelo Condado Portucalense (cf., do autor, *Condição Portucalense*. In: *Dicionário da História de Portugal*. Dirigido por Joel Serrão. Vol. 1, Lisboa (Iniciativas Editoriais), 1963-1971, p. 659-661).

Este conceito foi inicialmente definido por Charles A. Ferguson como "a relatively stable language situation in which, in addition to the primary dialects of the language (which may include a standard or regional standards), there is a very divergent, highly codified (often grammatically more complex) superposed variety, the vehicle of a large and respected body of literature (...) which is learned largely by formal education and is used for most written and formal spoken purposes but is not used by any sector of the community for ordinary conversation" (*Diglossia*. In: *Word*, nº 15, 1959, p. 336). A acentuação e abundante utilização do termo por parte da comunidade científica conduziu, contudo, a uma redefinição e alargamento do seu âmbito conceptual. Hoje *diglossia* aplica-se, não só às situações em que há a especialização funcional de *ditos* ou *mais variedades de um idioma*, como àquelas em que essa

numa comunidade se dispõe de dois (ou mais) códigos linguísticos (pode tratar-se de línguas distintas ou de variedades da mesma língua) com estatutos e funções diferenciadas e bem definidas, sendo que uma das línguas ou variedades é tida como *H(igh)*, usada em domínios marcados pela formalidade, como a escola, a Igreja e a administração, e a outra como *L(ow)*, mais adequada para a interação informal e familiar. O fenómeno da *diglossia* traduz, portanto, uma distribuição funcional e complementar de idiomas por domínios¹⁵, permitindo, assim, que os falantes venham a estabelecer uma associação convencional entre determinados usos linguísticos e situações de interacção particulares. Dado o carácter socialmente acordado desta relação entre idioma e domínio, a *diglossia* será sempre um mecanismo cuja relevância se situa ao nível da comunidade linguística, considerada no seu conjunto. Já o conceito de *bilinguismo*, no entender de investigadores como Joshua Fishman¹⁶ e William Mackey¹⁷, diz respeito a um comportamento, antes de mais nada, individual¹⁸, que poderá, no entanto, assumir proporções colectivas caso um grupo expressivo de bilíngues se concentre numa mesma comunidade.

Sendo certo que, pelas razões expostas, os teorizadores do conceito de *diglossia* não reconhecem que exista entre este e o de *bilinguismo* uma relação directa e inequívoca, é necessário esclarecer, então, de que modo os dois

especialização se dá em relação a *dois* ou *mais idiomas* coexistentes na mesma comunidade linguística, i.e., às situações de *bilinguismo* comunitário em que cada código se encontra associado a papéis e funções sociais bem definidas. Esta extensão do conceito deve-se ao trabalho de vários estudiosos, entre os quais se destaca Joshua A. Fishman: "Fishman did not resist the temptation and extended the term to include any socially established split between languages, even when these were historically unrelated, as in the case of Hebrew and Yiddish". In: ENAR HAUGEN, *Bilingualism, Language Contact, and Immigrant Languages in the United States: a Research Report 1956 - 1970*. In: *Current Trends in Linguistics*. Edited by Thomas A. Sebeok. vol. 10, Paris (Mouton), 1973, p. 558.

15 O conceito de domínio, hoje amplamente utilizado em trabalhos sobre *bilinguismo*, nasce fundamentalmente da teorização empreendida por Joshua Fishman. Assim, os domínios são, no dizer deste autor, "the major clusters of interaction situations that occur in particular multilingual settings". In: JOSHUA FISHMAN, *Who Speaks What Language to Whom and When?* In: *La Linguistique*, nº 2, 1965, p. 73. Explicitando um pouco mais esta formulação genérica, diríamos que um domínio consiste numa esfera de actividade social definida, essencialmente, pelo estatuto relativo dos seus intervenientes e por parâmetros espaço-temporais específicos (vd., SUZANNE ROMAINE, *Bilingualism*. Oxford (Blackwell), 1989, p. 29-30).

16 Vd., deste autor, *Bilingualism and Biculturalism as Individual and as Societal Phenomena*. In: *The Rise and Fall of the Ethnic Revival*. Edited by Joshua A. Fishman. The Hague, Paris (Mouton), 1985, p. 39-56.

17 Cf. WILLIAM MACKAY, *The Description of Bilingualism*. In: *Readings in the Sociology of Language*. Edited by Joshua A. Fishman. The Hague, Paris (Mouton), 1970, p. 554.

18 Já Uriel Weinreich chamava a atenção para o facto de ser ao nível do falante individual que se processa o encontro entre sistemas numa situação de contacto de línguas. Vd., do autor, *Languages in Contact. Findings and Problems*. 6ª edição. Paris (Mouton), 1968, p. 1.

fenómenos se podem manifestar naquelas comunidades em que se assiste ao contacto entre sistemas. Tendo em vista este objectivo, atendamos a uma tipologia de comunidades linguísticas, proposta por Joshua Fishman¹⁹:

Comunidades caracterizadas por:

- 1 - bilinguismo e diglossia
- 2 - bilinguismo sem diglossia
- 3 - diglossia sem bilinguismo
- 4 - ausência de bilinguismo e de diglossia

Sendo os dois primeiros casos aqueles que, no momento, mais nos interessam, não deixaremos, ainda assim, de comentar, sucintamente, os restantes. No que diz respeito às comunidades do tipo 3, em que há presença de diglossia sem bilinguismo, estas geralmente resultam da unificação política, religiosa ou económica de duas (ou mais) comunidades monolíngues, mas em que a interação entre falantes dos diferentes grupos se encontra vedada por fortes barreiras de natureza social, impedindo, assim, que a comunidade, na sua globalidade, se torne bilingue. Nestas situações, só alguns falantes, os poucos que usufruem de contactos sociais com ambos os grupos monolíngues, dominarão os dois idiomas em contacto²⁰. Quanto às comunidades do tipo 4, que serão sempre, forçosamente, monolíngues, estas, na opinião de Joshua Fishman, são caracterizadas pela pouca diferenciação ou compartimentação dos papéis sociais dos seus falantes e pela elevada frequência de interação entre eles. Estas características não propiciam a formação de variedades linguísticas significativas, pelo que uma situação de diglossia, nestes casos, não se desenvolverá (recorde-se, a propósito, que diglossia também diz respeito à distribuição funcional de variedades do mesmo idioma)²¹.

19 Vd., do autor, Bilingualism with and without Diglossia; Diglossia with and without Bilingualism. In: The Journal of Social Issues, vol. XXIII, nº 2, 1967, p. 29-38.

20 Um exemplo deste tipo de situações é-nos descrita por Joshua Fishman: "pre-World War I European elites speaking French or some other fashionable H tongue for their intragroup purposes (...) and the masses speaking another, not necessarily linguistically related, language for their intragroup purposes. Since the majority of elites and the majority of the masses never interacted with one another they did not form a single speech community (i.e. their linguistic repertoires were discontinuous) and their intercommunications were via translators or interpreters (a certain sign of intragroup monolingualism). Since the majority of the elites and the majority of the masses led lives characterized by extremely narrow role repertoires their linguistic repertoires too were too narrow to permit widespread societal bilingualism to develop". In: *Bilingualism with and without Diglossia* (...), p. 33.

21 Para o autor desta proposta de classificação das comunidades linguísticas, aquelas que aqui denominamos de tipo 4 "are easier to hypothesize than to find". Com efeito, como salienta Joshua Fishman, "all communities seem to have certain ceremonies or pursuits to which access is limited, if only on an age basis. Thus, all linguistic repertoires contain certain terms that are

Vejamos agora o primeiro caso. Este diz respeito às comunidades em que coexistem a diglossia e o bilinguismo com expressão social. Nestas, como já se disse, cada um dos idiomas vincula-se a um conjunto de funções específicas, adquirindo, assim, um valor social e simbólico determinado. Frequentemente, em comunidades deste tipo, um dos idiomas operacionais tem o estatuto de minoritário (quer no sentido quantitativo, quer no sentido qualitativo²²) e o outro o de maioritário. Quando é este o caso, os idiomas minoritários gozam, geralmente, de um prestígio social menor do que o idioma maioritário sendo, portanto, este último o que é usado para tarefas e domínios socialmente melhor cotados. Alguns estudiosos de bilinguismo social, como J. J. Gumperz²³, têm feito notar que os idiomas L (minoritários), preferidos para a interação informal e familiar, funcionam, por via de regra, como códigos We, i.e., como marcas de valores intra-grupais, enquanto os idiomas H (maioritários), mais apropriados para situações de interação formais e institucionais, desempenham o papel de códigos They, tornando-se, assim, marcas dos valores largamente associados ao grupo monolíngue maioritário com o qual a comunidade bilingue se encontra em contacto.

Este aspecto do funcionamento bilingue ao nível social revestir-se-á de especial importância se tomarmos em consideração que, quando falamos da distribuição funcional de idiomas inerente a uma situação de diglossia, não fazemos mais senão referir-nos a um padrão geral de comportamento linguístico. Na verdade, independentemente desse padrão, cada falante tem liberdade para escolher entre os idiomas que constituem a sua competência linguística e com esta escolha vir até a quebrar as convenções estabelecidas, ao nível da sua comunidade, entre uso linguístico e situação de interação. Aliás, a violação das expectativas de co-ocorrência entre idioma e situação na fala bilingue, longe de ser incomum, constitui uma estratégia comunicativa

unknown to certain members of the speech community, and certain terms that are used differently by different subsets of speakers". In: *Bilingualism with and without Diglossia* (...), p. 36.

22 Para clarificarmos o que aqui entendemos por idiomas minoritários socorre-mo-nos de uma definição avançada por Clarinda de Azevedo Maia: "as línguas faladas tradicionalmente no território de determinado Estado por grupos numericamente inferiores ao resto da população do Estado ou que, independentemente da sua grandeza numérica, ocupam uma posição subalterna, as quais são diferentes da língua oficial desse Estado". In: *Minorias linguísticas e sociolinguística*. Separata da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XX, Coimbra, 1992, p. 14-15. Neste artigo, a autora fornece uma útil inventariação das obras que mais directamente abordam a definição de este e de outros termos relacionados, como o de grupo minoritário ou minoria, propondo, para este último, uma definição que ancora em parâmetros jurídico-políticos: "grupos de indivíduos ligados por vínculos de raça, de língua ou de religião e que têm, além disso, uma história comum. São raras as minorias que se baseiam exclusivamente na raça ou na religião, surgindo a língua, frequentemente, como símbolo de identidade do grupo e de diferenciação relativamente aos outros grupos que vivem no interior do mesmo Estado". In: *ob. cit.*, p. 13-14.

23 Vd., deste autor, *Discourse Strategies*. Cambridge (Cambridge University Press), 1982, p. 66.

bastante produtiva e interessante que conduz à criação de inúmeras inferências discursivas²⁴. Nestes casos, a correcta interpretação da inferência gerada dependerá, não só do conhecimento das propriedades conotativas evocadas pelos idiomas, mas também da forma como, nessa comunidade, estas propriedades são avaliadas, i.e., é necessário conhecer as atitudes manifestadas pelos falantes, explícita ou implicitamente, em relação às línguas que sabem usar.

A determinação das atitudes dos falantes, factor hoje considerado fundamental no estudo de fenómenos como a mudança e a substituição linguísticas²⁵, nem sempre é linear, mesmo nas situações de bilinguismo social em que um dos idiomas é minoritário e o outro maioritário. Apesar de termos dito atrás que neste tipo de comunidades o idioma minoritário é, geralmente, mais desprestigiado do que o maioritário, isto não quer dizer que a apreciação

24 O mecanismo a que esta formulação alude é denominado, no universo conceptual proposto por Carol Myers-Scotton, como uma escolha de línguas marcada. Esta investigadora, numa tentativa de explicação cabal para os efeitos pragmáticos produzidos pelo recurso, por parte de falantes bilingues, aos mecanismos da escolha de línguas (language-choice, code-choice ou choice-switching) e da alternância de códigos (code-switching), propõe um modelo de análise, inspirado pelas reflexões de Paul Grice sobre as implicações conversacionais, no qual também perspectiva uma série de máximas. Essencialmente, essas máximas têm por função orientar os falantes bilingues na escolha dos recursos linguísticos disponíveis consoante os efeitos discursivos por eles pretendidos em determinada situação de interacção. Para um mais profundo conhecimento do funcionamento deste modelo, consulte-se, da autora, *Intersections between Social Motivations and Structural Processing in Codeswitching*. In: *Papers for the Workshop on Constraints, Conditions and Models*. London, 27-29 September 1990. Network on Code-switching and Language Contact. Strasbourg (European Science Foundation), p. 57-81 e *Code Switching as Indexical of Social Negotiations*. In: *Codeswitching. Anthropological and Sociolinguistic Perspectives*. Edited by Monica Heller. Berlin (Mouton de Gruyter), 1988, p. 151-186.

25 Sobre o papel desempenhado pelas atitudes linguísticas no comportamento verbal dos falantes integrados em diferentes tipos de comunidades, quer mono-, quer bilingues, e sobre as metodologias usadas na sua aferição, numerosos trabalhos têm vindo a ser publicados, sobretudo nos últimos trinta anos. Seleccionámos e apresentamos aqui apenas algumas destas obras especializadas, fazendo igualmente referência àquelas que, embora de âmbito temático mais amplo, incluem secções importantes sobre este assunto, podendo ser proveitosamente consultadas. Vd., por exemplo, REBECCA AGHEYI e JOSEUA A. FISHMAN, *Language Attitude Studies. A Brief Survey of Methodological Approaches*. In: *Anthropological Linguistics*, vol. 12, 1970, p. 137-157; RALPH FASOLD, *The Sociolinguistics of Society*. Oxford (Basil Blackwell), 1984, p. 147-177; FRANÇOIS GROSJEAN, *ob. cit.*, *passim*; SUZANNE ROMANÉ, *ob. cit.*, p. 256-280; ELLEN BOUCHARD RYAN, HOWARD GILES e MILES HEWSTONE, *The Measurement of Language Attitudes*. In: *Sociolinguistics: an International Handbook of the Sciences of Language and Society*, vol. II. Edited by Ulrich Ammon, Norbert Dittmar and Klaus J. Mathieier. Berlin, New York (Walter de Gruyter), 1987, p. 1068-1081; ELLEN BOUCHARD RYAN e HOWARD GILES (eds.), *Attitudes towards Language Variation. Social and Applied Contexts*. London (Edward Arnold), 1982; MURIEL SAVILLE-TROIKE, *The Ethnography of Communication*. Oxford (Basil Blackwell), 1984, p. 168-203; ROGER W. SHOY e RALPH W. FASOLD (eds.), *Language Attitudes: Current Trends and Prospects*. Washington (Georgetown University Press), 1973 e *International Journal of the Sociology of Language*, nº 98 (dedicado ao tema "Attitudes and Accommodation in Multilingual Societies"). New York (Mouton de Gruyter), 1992.

que os falantes fazem do seu idioma L seja, necessariamente, negativo. Se é verdade que vantagens e recompensas como a ascensão social estão, nestes casos, dependentes do conhecimento e uso, por parte dos falantes, daquele idioma que na sua comunidade tem o estatuto de maioritário, também não o deixa de ser que nem sempre o conjunto de valores associados ao grupo e à língua maioritária são apreciados favoravelmente pela comunidade bilingue. Na sequência disto, casos há em que a língua minoritária é encarada como o receptáculo de valores tais como a solidariedade intra-grupal, a autenticidade e a generosidade, sendo, por isso mesmo, positivamente avaliada, pese embora o seu reduzido estatuto social.

Dito isto, compreende-se em que medida as atitudes positivas para com o idiomas minoritários favorecem a sua manutenção. Na perspectiva dos falantes, esses idiomas, pelos valores que podem simbolizar, desempenham um papel comunicativo relevante e necessário na sua comunidade. A este respeito, William Mackey defendeu, ao definir o conceito de comunidade bilingue²⁶, que a manutenção de uma situação de bilinguismo por parte de um grupo de falantes só ocorrerá se, para tal, houver boas razões. Esta formulação, que numa primeira leitura parecerá não andar longe de um truismo, traduz, no entanto, esta ideia que consideramos fulcral para a temática que agora nos ocupa: a de que dois ou mais idiomas só poderão conviver no mesmo espaço comunicativo enquanto cada um deles nele desempenhar uma função comunicativa essencial.

Ora, estamos em crer que, em Miranda do Douro, pelo menos até ao século XVI, tanto o mirandês como o português eram sentidos, pelos falantes da, então, vila, como recursos comunicativos indispensáveis. Nesta medida, já vimos que o mirandês e o português se distribuíam por domínios sociais complementares e que, dado o estatuto minoritário do primeiro e o maioritário do segundo²⁷, a determinação dos tipos de funções ligadas a cada um dos idiomas seria, pelo menos em traços gerais, relativamente previsível. É igualmente plausível propor que o mirandês fosse, apesar do seu estatuto social, positivamente avaliado pelos falantes dessa época, funcionando como um símbolo individualizador da identidade do grupo que o sabia usar. Afinal, sempre era a língua autóctone, conhecida dos mirandeses desde o berço. O português, ao invés, era o idioma que se aprendia em virtude do devir histórico ter feito deste enclave leonês, terra portuguesa.

Em síntese, a tese que aqui advogamos é a de que o prolongado estado de bilinguismo social em Miranda do Douro no período anterior ao século XVI se ficou a dever à existência simultânea de uma situação de diglossia. Julgamos,

26 WILLIAM MACKAY, *ob. cit.*, p. 554-584.

27 Os termos minoritário e maioritário são usados, neste contexto, numa acepção qualitativa. Cf. o que ficou dito sobre esta questão na nota 22 do presente trabalho.

aliás, e sem preterir as razões que já foram apontadas, quer por Ramón Menéndez Pidal, quer por José Herculano de Carvalho sobre o estabelecimento do mirandês nesta região²⁸, que a ponderação deste aspecto de organização idiomática na sociedade mirandesa é de capital importância para qualquer explicação satisfatória da prolongada sobrevivência da língua minoritária.

Com o advento das alterações sociais decorrentes dos acontecimentos políticos e religiosos do século XVI, a estabilidade da já evocada distribuição complementar de idiomas por domínios conheceu um decisivo abalo. Em primeiro lugar, aumentava o contingente de falantes que dominavam, exclusivamente, a língua portuguesa, aumentando também assim o número de interlocutores e de situações sociais em relação às quais o português seria necessário e apropriado; em segundo lugar, o estatuto superior destes mesmos falantes reforçava a associação, já seguramente muito acentuada, entre o uso do português e a valorização e ascensão sociais. O mirandês, por seu lado, circunscrito a um estatuto de idioma minoritário, fortemente associado ao universo e aos valores rurais, não conhecendo tradição escrita e desprezado pelos forasteiros mais letrados e de melhor condição social que acorriam à cidade, reuniu, precisamente neste período, as condições propícias para começar a morrer na boca dos falantes bilingues de Miranda do Douro. Atesta, neste sentido, José Leite de Vasconcelos, que à medida "que a cidade progredia em horas, em população, em grandeza material e em instrução, o idioma indígena definhava: primeiro iam-no desaprendendo as pessoas que pela sua posição ou cargos tinham de mais vezes falar com o clero, ou tratar de negócios civis e militares; depois o sentimento do abandono transmitia-se às famílias; finalmente, o mestre de latim (...) encarregava-se de (...) extinguir na memória das crianças que lhe caíam na aula os derradeiros lampejos da morfologia mirandesa, já que tão de pronto não podia extinguir-lhes a pronúncia, que é geralmente, quando se passa do uso de uma língua para o de outra, o carácter que mais custa a perder-se"²⁹.

Estas considerações do autor conduzem-nos à apreciação do segundo tipo de comunidades linguísticas identificadas por Joshua Fishman: as que se caracterizam pela presença de bilinguismo social, sem diglossia. A situação descrita por José Leite de Vasconcelos traduz um cenário onde, apesar da convivência do mirandês e do português, já se assistia à degradação e fragilização das relações convencionais entre idiomas e domínios anteriormente em vigor, fenómeno que denuncia, precisamente, um estado de bilinguismo social sem diglossia. Paradigmática se revela, nesta descrição, a referência às famílias que, lentamente, iam desaprendendo o mirandês. Como

28 Vd. as referências bibliográficas feitas na nota 12.

29 JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *ob. cit.*, p. 139-140.

salientam vários investigadores, entre os quais destacamos Suzanne Romaine³⁰, a incapacidade manifestada pelos falantes bilingues em manter a casa/família como um território exclusivo da sua língua autóctone é factor que se tem relevado altamente decisivo na irreversibilidade dos processos de substituição linguística.

Compreende-se assim, por tudo o que já dissemos, que o bilinguismo social sem diglossia é sempre um fenómeno passageiro, sintomático dum processo de substituição linguística em curso e indiciador de importantes transformações sociais na comunidade onde se manifesta³¹. No caso específico de Miranda do Douro foi decisivo o apelo da cultura dominante monolíngue que conseguiu desencadear uma alteração nas atitudes dos falantes mirandeses em relação ao seu idioma local e, conseqüentemente, também no seu comportamento verbal. Embora não possamos precisar exactamente em que época o processo de substituição linguística se consumou, o certo é que, depois do século XVI, esta comunidade mirandesa já não conseguiu reunir as condições necessárias para o travar.

30 SUZANNE ROMAINE, *ob. cit.*, p. 42.

31 Neste sentido apontam as reflexões de Joshua Fishman: "under what circumstances do the varieties or languages involved lack well defined or protected separate functions? Briefly put, these are circumstances of rapid social change, of great social unrest, of widespread abandonment of prior norms before the consolidation of new ones". In: *Bilingualism with and without Diglossia* (...), p. 34.